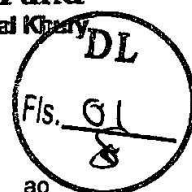


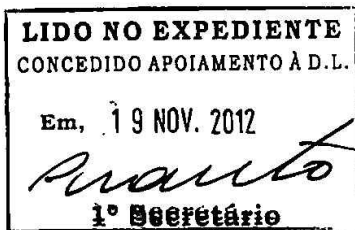


# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Kury



INDICAÇÃO 1044/12



**SÚMULA:** Indica ao

Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná **CARLOS ALBERTO RICHÁ**, através da Secretaria da Segurança Pública a aquisição de uma viatura da Polícia Militar para atender a população do Município de Tunas do Paraná, Estado do Paraná.

A população do Município de Tunas do Paraná, região metropolitana de Curitiba encontra-se bastante insegura devido à ocorrência constante de inúmeros assaltos, acompanhados na maioria das vezes, por agressões físicas e homicídios, além da presença de usuários de drogas.

Sabe-se que a aquisição de viaturas da Polícia Militar configura-se como um reforço do policiamento do Município que conta com poucas viaturas para atender toda a população, tentando assim garantir a segurança. As viaturas deverão dar suporte e agilizar o trabalho dos efetivos, no combate a criminalidade.

Diante do exposto, e em respeito aos cidadãos de Tunas do Paraná, valho-me do mandato que me foi outorgado para fazer a presente indicação ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado juntamente com Excelentíssimo Secretário da Segurança Pública, na expectativa de que seja atendida e o povo daquela região seja informado, após tramitação desta indicação, das providências tomadas.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2012.

  
GILBERTO RIBEIRO  
Deputado Estadual



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Antônio Kardorff

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 19 NOV. 2012

*Mauro*  
1º Secretário

INDICAÇÃO 1045112

Fls. 01

8

**SÚMULA:** Propõe a destinação de 01(uma) ambulância para o Município de Tunas do Paraná.

Ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde,  
MICHELE CAPUTO NETO.

O Deputado Gilberto Ribeiro, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde, MICHELE CAPUTO NETO, reivindicando o que segue.

- Propõe a destinação de 01 (uma) Ambulância, para ser entregue ao Município de Tunas do Paraná.

A presente solicitação trata-se de uma reivindicação do poder público do referido Município, tendo em vista as necessidades e deficiências no atendimento do transporte de pacientes que necessitam de atendimento emergencial que nos últimos tempos está extremamente precário.

O município possui aproximadamente mais de 6 mil habitantes, sendo que para o atendimento dessa população existem poucas ambulâncias em bom estado.

Com a proposta acima citada, buscamos trazer auxílio para o Município de Tunas do Paraná, no sentido de melhorar o atendimento da população da referida Cidade.

Com base no acima exposto, conclamamos os Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, para aprovar tão importante medida.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2012.

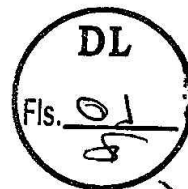
*Gilberto Ribeiro*  
GILBERTO RIBEIRO  
Deputado Estadual



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 19 NOV 2012

*Ruy*  
**1º Secretário**

INDICAÇÃO 1046/12

SÚMULA: PROPÕE AO EXCELENTÍSSIMO GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, SENHOR CARLOS ALBERTO RICHIA PARA QUE VIABILIZE MEDIDAS NO SENTIDO DE EVITAR O TRATAMENTO DISCRIMINATÓRIO ÀS GESTANTES QUE PARTICIPAM DE CONCURSOS PÚBLICOS DE PROVAS OU DE PROVAS E TÍTULOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO DO PARANÁ.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no § 1º do Artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vem PROPOR ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná CARLOS ALBERTO RICHIA a viabilização de medidas que possam evitar o tratamento discriminatório às gestantes que participam de concursos públicos de provas ou de provas e títulos no âmbito da administração direta e indireta do Estado do Paraná, na forma abaixo sugerida:

I – Proibir o tratamento discriminatório às gestantes participantes de concursos públicos de provas ou de provas e títulos no âmbito do Estado do Paraná;

II – Nos processos seletivos em que haja exame de capacitação física não é permitido o desligamento e a exclusão da candidata que comprovar gravidez.

## JUSTIFICATIVA

Em Editais de Concursos Públicos da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná compostos por exames de capacitação física, é comum existir a previsão do desligamento do processo de seleção para candidatas que apresentam o estado de gravidez durante a realização do certame.



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



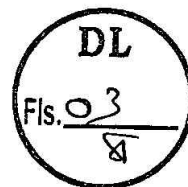
A presente indicação se faz em razão do Projeto de lei sob o nº 727/11 apresentado por este Parlamentar, cujo trâmite legislativo foi obstado, tanto na CCJ, quanto em sede de Recurso ao Plenário, quando pelo resultado da votação plenária obteve 23 votos contrários, mas 13 a favor e com uma abstenção, sendo, portanto, rejeitado sob a alegação de vício de iniciativa, muito embora, entenda este Deputado, de forma contrária.

A referida sugestão visa proibir o tratamento discriminatório que vem sendo dispensado às gestantes que participam de concursos públicos de provas ou de provas e títulos no âmbito da administração direta e indireta do Estado do Paraná, quando dos processos seletivos em que haja necessidade do exame de capacitação física e que por ocasião da gravidez, gera o desligamento e a exclusão da candidata em estado gravídico. Razão pela qual, tem por escopo, evitar esse desligamento e consequente exclusão da candidata que comprove sua gravidez quando desses processos seletivos, haja vista, o estado em que se encontra naquele momento, porém, sendo compelida a submeter-se aos mesmos testes físicos que os demais candidatos em situações normais de saúde, o que poderá acarretar sérios riscos não só a gestante, mas à vida do nascituro.

A proposição não viola nenhum preceito legal, tão pouco, o Princípio da Isonomia, diferentemente, assegura direitos sociais garantidos no artigo 6º da Carta Magna, Lei Maior, Lei das Leis. .

Destarte, a proposição em debate pretende preservar a saúde tanto da gestante, quanto do nascituro, quiçá, até a vida de ambos, ao mesmo tempo, impedir o desligamento de candidatas em função da impossibilidade momentânea causada pela condição gravídica de participarem de exames de capacitação física.

Ora, estamos tratando de uma garantia fundamental de cunho constitucional prevista em seu artigo 5º, qual seja, a vida, a qual se estará colocando em risco, repita-se, tanto da mãe quanto de seu filho que ainda não nasceu, quando por uma imposição, é obrigada a submeter-se aos mesmos tratamentos físicos a que se propõem outras candidatas em perfeitas condições físicas.



A gestante (Mãe ou futura Mãe) no estado delicado em que se encontra, ao ter de enfrentar exames de capacitação física para evitar o seu desligamento do processo de seleção para candidatas que apresentam o estado de gravidez durante a realização do certame, estará se submetendo a uma espécie de tortura, bem como, a tratamento desumano ou degradante, o que é vedado pela Constituição da República em seu artigo 5º, inciso III.

Insta ressaltar que a Procuradoria Geral do Estado, por ocasião de consulta pela CCJ, já se pronunciou contrariamente ao Projeto e embasou-se nos seguintes dispositivos, alegando, *in verbis*:

**I - Feriu o artigo 37, V da CF/88** – ora, o artigo 37 dispõe acerca dos Princípios da Administração Pública a serem observados. No Referido Projeto não se vislumbra nenhuma afronta a tais princípios, em cujo inciso V, dispõe:

V – as funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Equívocou-se na fundamentação retro porque a proposição não adentrou no mérito do inciso apontado (V), mas apenas objetiva evitar o desligamento e a exclusão da candidata que comprove sua gravidez quando dos processos seletivos em que haja exame de capacitação física, em razão do estado gravídico em que se encontra naquele momento.

**II – Feriu o 183 da CE/PR:**

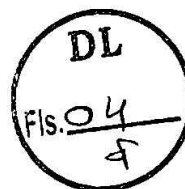
No concernente ao artigo 183 da CE/PR, foi descabida a argumentação como fundamento reprovatório ao Projeto em combate, ora objeto de Indicação, porque seu conteúdo em nenhum momento trata de questão atinente à Educação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



**III - Que o presente projeto ao invés de propiciar e garantir à administração pública a participação de forma igualitária com preservação da dignidade da pessoa humana, acabará por abrir precedentes propiciando aos partícipes que por ventura estejam incapacitados temporariamente, um tratamento igualitário:**

Com todo o respeito, equivocada o Parecer, cujo argumento foi discriminatório e preconceituoso. Exatamente contrário à argumentação supra que embasou o parecer reprovatório do Relator originário é o objetivo desta Sugestão, pois tal ação Governamental em assim continuando, qual seja, obrigando a gestante a submeter-se aos mesmos tratamentos físicos a que se propõem outros candidatos em perfeitas condições de saúde e físicas com a finalidade de apenas dessa forma evitar o seu desligamento do processo de seleção para candidatas que apresentam o estado de gravidez durante a realização do certame, é que se constitui em afronta e afronta direta à dignidade da pessoa humana, fundamento da República brasileira previsto no Inciso III do artigo 1º da Carta Magna, r.citado.

Importante ressaltar, que a gestante (Mãe ou futura Mãe) no estado delicado em que se encontra, ao ter de enfrentar exames de capacitação física para evitar o seu desligamento do processo de seleção para candidatas que apresentam o estado de gravidez durante a realização do certame, estará se submetendo a uma espécie de tortura, bem como, a tratamento desumano ou degradante, o que é vedado pela Constituição da República em seu artigo 5º, inciso III, já delineado.

Ademais, da forma apresentada, a presente indicação não viola o Princípio da Isonomia, diferentemente, garante direitos sociais insertos no artigo 6º do Estatuto Magno, qual seja: a saúde, o direito ao trabalho, a maternidade e infância, no caso em tela, da gestante e do nascituro.

Não é razoável a respeito da alegada incompatibilidade com os testes físicos específicos realizados durante a seleção e a condição de gestante, que se prive da plena realização da pessoa, enquanto indivíduo inserido na sociedade a qual elegeu o valor social do trabalho, um de seus fundamentos (CF, art. 1º, inciso IV) de modo a ensejar sua exclusão do mercado de trabalho.



**IV - Acabará por abrir precedentes propiciando aos partícipes que por ventura estejam incapacitados temporariamente, um tratamento igualitário.**

Não prospera a alegação do Sr. Procurador, pois acerca do Princípio da Igualdade invocado pela Douta Procuradoria Geral do Estado, à época, e que embasou o r. Parecer do Ilustre Relator Deputado Alexandre Curi e aceito pelos demais Membros da Comissão de Constituição e Justiça, posicionam-se de forma contrária os Professores Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino em sua obra *Direito Constitucional Descomplicado* (5ª Ed. São Paulo: Método, 2011, pg.46), lecionando que:

"O Princípio Constitucional da Igualdade (art.5º, caput, e inciso I) determina que se dê tratamento igual aos que se encontrem em situação equivalente e que se trate de maneira desigual os desiguais na medida de suas desigualdades. Ele obriga tanto o Legislador quanto o Aplicador da Lei (igualdade na Lei e igualdade perante a Lei). De modo que o Princípio Constitucional da Igualdade não veda que a Lei estabeleça tratamento diferenciado entre pessoas que guardem distinções de grupo social, de sexo, profissão, de condição econômica ou de idade, entre outras; o que não se admite é que o parâmetro diferenciador seja arbitrário, desprovido de razoabilidade, ou deixe de atender alguma relevante razão de interesse público. Exemplificando, o Princípio da Igualdade não impede tratamento discriminatório em concurso público, desde que, haja razoabilidade para a discriminação". (grifamos).

Sendo assim, o Princípio da igualdade não deve ser recepcionado como fundamento no sentido de reprovar a presente sugestão, mas acolhido no sentido de que a matéria pretendida não veda o tratamento discriminatório entre indivíduos quando há razoabilidade para a discriminação, exatamente o que se tem na questão debatida, qual seja, de um lado, a candidata gestante e com suas fragilidades em razão do seu estado gravídico momentâneo, e de outro, pessoas candidatas em perfeitas condições físicas de se submeterem a quaisquer tipos de esforços físicos no teste de aptidão.

A presente sugestão, da forma apresentada, visa proteger a saúde tanto da futura Mãe (gestante) quanto de uma vida intrauterina e extrauterina (recém-nascido) encontrando amparo, salvo melhor entendimento, no título I – dos Princípios Fundamentais, em seu artigo 3º, inciso IV e artigo 6º da Lei Maior, que trata dos Objetivos Fundamentais da República e Direitos Sociais.



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



Sendo assim, a presente Indicação Legislativa assegura o direito à vida, expresso no *caput* do art. 5º da Carta Magna, como sendo o mais elementar dos direitos fundamentais; ***sem vida, nenhum outro direito pode ser fruído, ou sequer cogitado.***

De modo que, ao se manter a imposição da obrigatoriedade de candidata gestante em submeter-se aos mesmos testes físicos que outros candidatos em plenas condições físicas, além de discriminatório e desumano, estará possibilitando, em tese, quiçá, ***um provável aborto*** sofrido pela Gestante quando do ***enfrentamento forçado aos processos seletivos*** em que haja exame de capacitação física, ***em razão do estado gravídico e fragilidade física*** em que se encontra naquele momento. Ora, a Constituição Federal protege a vida de forma geral, não só a extrauterina como também a intrauterina. Corolário da proteção que o Ordenamento Jurídico brasileiro concede à vida intrauterina é a proibição da prática do aborto, somente permitindo o aborto terapêutico, como meio de salvar a vida da gestante, ou o aborto humanitário, no caso de gravidez resultante de estupro (CP, art. 128).

Gravidez não é doença, de modo que eliminar a gestante da disputa em um concurso público em razão de seu estado gravídico é, além de discriminatório e desumano, sem dúvida nenhuma, uma espécie de violência contra a mulher, fato que não pode continuar acontecendo em nosso pujante Estado do Paraná.

Ainda, corroborando com a argumentação em defesa da proposta sugerida até então rejeitada, demonstra-se que proposição similar a esta foi aprovada em outras Assembleias Legislativas, dentre as quais, destaca-se a do Estado do Rio de Janeiro (PL nº 1.996/09 – aprovado em 1ª discussão em data de 14/09, de autoria da Deputada Inês Pandelô, cuja Súmula: “proíbe tratamento discriminatório a gestantes em concursos públicos impedindo o desligamento de candidatas em função da impossibilidade causada pela condição, de participarem de exames de capacitação física”. Publicada no DOERJ: 02/06/11, pg.11).

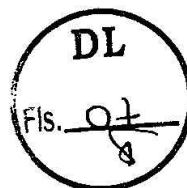




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

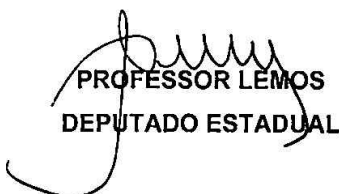
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



É a razão deste.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2012.

  
PROFESSOR LEMOS  
DEPUTADO ESTADUAL



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Gabinete da Deputada Cantora Mara Lima

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 19 NOV. 2012

  
**1º Secretário**



**INDICAÇÃO Nº .....1047...../2012.**

**Súmula:** Sugere ao Diretor-Presidente da SANEPAR, FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE, a determinação de estudos pelas Regionais da Sanepar, para a extensão da Rede de Esgotos no Município de FAXINAL, onde os bairros estão com os mesmos a céu aberto.

A Deputada que assina a presente **INDICAÇÃO** sugere ao Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, senhor FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE, a determinação para a realização de estudos pelas Regionais da SANEPAR, para a extensão da Rede de Esgotos no Município de FAXINAL, onde os bairros estão com os mesmos a céu aberto.

Sabedora de que o Governo do Estado está preocupado com a prevenção da saúde da População do Paraná, a Deputada encarece à Sanepar a realização de estudos para viabilizar investimentos no sentido de acabar, ou pelo menos, minimizar os riscos de contaminação na saúde pública, reduzindo o número de esgotos que correm sem oferecer qualquer garantia de saúde para os paranaenses, principalmente nos municípios de menor possibilidade de arrecadação.

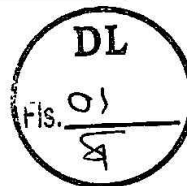
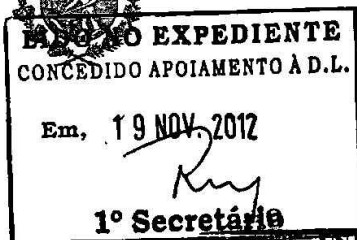
Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2012.

**CANTORA MARA LIMA**  
Deputada Estadual



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete da Deputada Cantora Mara Lima



INDICAÇÃO Nº .....1048...../2012.

**Súmula:** Sugere ao Diretor-Presidente da SANEPAR, FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE, a determinação de estudos pelas Regionais da Sanepar, para a extensão da Rede de Esgotos no Município de SÃO JOÃO DO IVAI, onde os bairros estão com os mesmos a céu aberto.

A Deputada que assina a presente INDICAÇÃO sugere ao Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, senhor FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE, a determinação para a realização de estudos pelas Regionais da SANEPAR, para a extensão da Rede de Esgotos no Município de SÃO JOÃO DO IVAI, onde os bairros estão com os mesmos a céu aberto.

Sabedora de que o Governo do Estado está preocupado com a prevenção da saúde da População do Paraná, a Deputada encarece à Sanepar a realização de estudos para viabilizar investimentos no sentido de acabar, ou pelo menos, minimizar os riscos de contaminação na saúde pública, reduzindo o número de esgotos que correm sem oferecer qualquer garantia de saúde para os paranaenses, principalmente nos municípios de menor possibilidade de arrecadação.

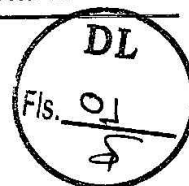
Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2012.

CANTORA MARA LIMA  
Deputada Estadual



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Gabinete da Deputada Cantora Mara Lima



**INDICAÇÃO Nº 1049/2012.**

**Súmula:** Sugere ao Diretor-Presidente da SANEPAR, **FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE**, a determinação de estudos pelas Regionais da Sanepar, para a extensão da Rede de Esgotos no Município de **CASCADEL**, onde os bairros estão com os mesmos a céu aberto.

A Deputada que assina a presente **INDICAÇÃO** sugere ao Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná – **SANEPAR**, senhor **FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE**, a determinação para a realização de estudos pelas Regionais da **SANEPAR**, para a extensão da Rede de Esgotos no Município de **CASCADEL**, onde os bairros estão com os mesmos a céu aberto.

Sabedora de que o Governo do Estado está preocupado com a prevenção da saúde da População do Paraná, a Deputada encarece à Sanepar a realização de estudos para viabilizar investimentos no sentido de acabar, ou pelo menos, minimizar os riscos de contaminação na saúde pública, reduzindo o número de esgotos que correm sem oferecer qualquer garantia de saúde para os paranaenses, principalmente nos municípios de menor possibilidade de arrecadação.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2012.

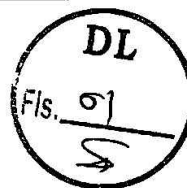
  
**CANTORA MARA LIMA**  
Deputada Estadual



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete da Deputada Cantora Mara Lima

**NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.  
Em, 19 NOV. 2012  
*Ruy*  
**1º Secretário**



INDICAÇÃO Nº 1050...../2012.

**Súmula:** Sugere ao Diretor-Presidente da SANEPAR, FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE, a determinação de estudos pelas Regionais da Sanepar, para a extensão da Rede de Esgotos no Município de IMBAU, onde os bairros estão com os mesmos a céu aberto.

A Deputada que assina a presente INDICAÇÃO sugere ao Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, senhor FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE, a determinação para a realização de estudos pelas Regionais da SANEPAR, para a extensão da Rede de Esgotos no Município de IMBAU, onde os bairros estão com os mesmos a céu aberto.

Sabedora de que o Governo do Estado está preocupado com a prevenção da saúde da População do Paraná, a Deputada encarece à Sanepar a realização de estudos para viabilizar investimentos no sentido de acabar, ou pelo menos, minimizar os riscos de contaminação na saúde pública, reduzindo o número de esgotos que correm sem oferecer qualquer garantia de saúde para os paranaenses, principalmente nos municípios de menor possibilidade de arrecadação.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2012.

  
**CANTORA MARA LIMA**  
Deputada Estadual



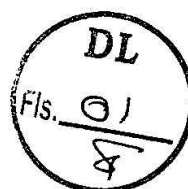
**DO NO EXPEDIENTE**  
**CECIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 19 NOV. 2012

*Ruy*  
**1º Secretário**

*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Gabinete da Deputada Cantora Mara Lima



INDICAÇÃO Nº 1051/2012.

**Súmula:** Sugere ao Diretor-Presidente da SANEPAR, **FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE**, a determinação de estudos pelas Regionais da Sanepar, para a extensão da Rede de Esgotos no Município de **BARBOSA FERRAZ**, onde os bairros estão com os mesmos a céu aberto.

A Deputada que assina a presente **INDICAÇÃO** sugere ao Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, senhor **FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE**, a determinação para a realização de estudos pelas Regionais da SANEPAR, para a extensão da Rede de Esgotos no Município de **BARBOSA FERRAZ**, onde os bairros estão com os mesmos a céu aberto.

Sabedora de que o Governo do Estado está preocupado com a prevenção da saúde da População do Paraná, a Deputada encarece à Sanepar a realização de estudos para viabilizar investimentos no sentido de acabar, ou pelo menos, minimizar os riscos de contaminação na saúde pública, reduzindo o número de esgotos que correm sem oferecer qualquer garantia de saúde para os paranaenses, principalmente nos municípios de menor possibilidade de arrecadação.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2012.

**CANTORA MARA LIMA**  
Deputada Estadual



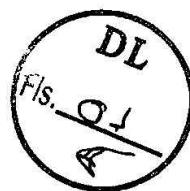
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

**NOTO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 19 NOV. 2012

*Ruy*  
**1º Secretário**

Gabinete da Deputada Cantora Mara Lima



**INDICAÇÃO Nº 1052/2012.**

**Súmula:** Sugere ao Diretor-Presidente da SANEPAR, **FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE**, a determinação de estudos pelas Regionais da Sanepar, para a extensão da Rede de Esgotos no Município de **GUAIRA**, onde os bairros estão com os mesmos a céu aberto.

A Deputada que assina a presente **INDICAÇÃO** sugere ao Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná – **SANEPAR**, senhor **FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE**, a determinação para a realização de estudos pelas Regionais da **SANEPAR**, para a extensão da Rede de Esgotos no Município de **GUAIRA**, onde os bairros estão com os mesmos a céu aberto.

Sabedora de que o Governo do Estado está preocupado com a prevenção da saúde da População do Paraná, a Deputada encarece à Sanepar a realização de estudos para viabilizar investimentos no sentido de acabar, ou pelo menos, minimizar os riscos de contaminação na saúde pública, reduzindo o número de esgotos que correm sem oferecer qualquer garantia de saúde para os paranaenses, principalmente nos municípios de menor possibilidade de arrecadação.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2012.

**CANTORA MARA LIMA**  
**Deputada Estadual**



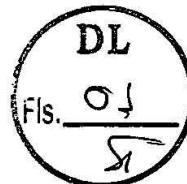
# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete da Deputada Cantora Mara Lima

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 19 NOV. 2012

1º Secretário



INDICAÇÃO Nº 1053/2012.

**Súmula:** Sugere ao Diretor-Presidente da SANEPAR, FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE, a determinação de estudos pelas Regionais da Sanepar, para a extensão da Rede de Esgotos no Município de TUNAS DO PARANÁ, onde os bairros estão com os mesmos a céu aberto.

A Deputada que assina a presente INDICAÇÃO sugere ao Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, senhor FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE, a determinação para a realização de estudos pelas Regionais da SANEPAR, para a extensão da Rede de Esgotos no Município de TUNAS DO PARANÁ, onde os bairros estão com os mesmos a céu aberto.

Sabedora de que o Governo do Estado está preocupado com a prevenção da saúde da População do Paraná, a Deputada encarece à Sanepar a realização de estudos para viabilizar investimentos no sentido de acabar, ou pelo menos, minimizar os riscos de contaminação na saúde pública, reduzindo o número de esgotos que correm sem oferecer qualquer garantia de saúde para os paranaenses, principalmente nos municípios de menor possibilidade de arrecadação.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2012.

**CANTORA MARA LIMA**  
Deputada Estadual





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

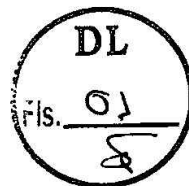
Gabinete da Deputada Cantora Mara Lima

**NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 19 NOV. 2012

*[Assinatura]*

**1º Secretário**



INDICAÇÃO Nº 1254/2012.

**Súmula:** Sugere ao Diretor-Presidente da SANEPAR, FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE, a determinação de estudos pelas Regionais da Sanepar, para a extensão da Rede de Esgotos no Município de CERRO AZUL, onde os bairros estão com os mesmos a céu aberto.

A Deputada que assina a presente INDICAÇÃO sugere ao Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, senhor FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE, a determinação para a realização de estudos pelas Regionais da SANEPAR, para a extensão da Rede de Esgotos no Município de CERRO AZUL, onde os bairros estão com os mesmos a céu aberto.

Sabedora de que o Governo do Estado está preocupado com a prevenção da saúde da População do Paraná, a Deputada encarece à Sanepar a realização de estudos para viabilizar investimentos no sentido de acabar, ou pelo menos, minimizar os riscos de contaminação na saúde pública, reduzindo o número de esgotos que correm sem oferecer qualquer garantia de saúde para os paranaenses, principalmente nos municípios de menor possibilidade de arrecadação.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2012.

**CANTORA MARA LIMA**  
Deputada Estadual



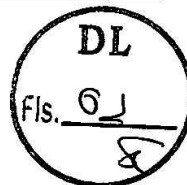
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Gabinete da Deputada Cantora Mara Lima

**DIPO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.**

Em, 19 NOV 2012

*Ruy*  
**1º Secretário**



**INDICAÇÃO Nº 1055/2012.**

**Súmula:** Sugere ao Diretor-Presidente da SANEPAR, **FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE**, a determinação de estudos pelas Regionais da Sanepar, para a extensão da Rede de Esgotos no Município de SÃO JOÃO, onde os bairros estão com os mesmos a céu aberto.

A Deputada que assina a presente **INDICAÇÃO** sugere ao Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, senhor **FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE**, a determinação para a realização de estudos pelas Regionais da SANEPAR, para a extensão da Rede de Esgotos no Município de SÃO JOÃO, onde os bairros estão com os mesmos a céu aberto.

Sabedora de que o Governo do Estado está preocupado com a prevenção da saúde da População do Paraná, a Deputada encarece à Sanepar a realização de estudos para viabilizar investimentos no sentido de acabar, ou pelo menos, minimizar os riscos de contaminação na saúde pública, reduzindo o número de esgotos que correm sem oferecer qualquer garantia de saúde para os paranaenses, principalmente nos municípios de menor possibilidade de arrecadação.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2012.

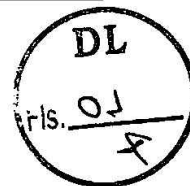
  
**CANTORA MARA LIMA**  
Deputada Estadual



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete da Deputada Cantora Mara Lima

**INCLUI DO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.**  
Em, 19 NOV. 2012  
*King*  
**1º Secretário**



INDICAÇÃO Nº 1056...../2012.

**Súmula:** Sugere ao Diretor-Presidente da SANEPAR, FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE, a determinação de estudos pelas Regionais da Sanepar, para a extensão da Rede de Esgotos no Município de PALOTINA, onde os bairros estão com os mesmos a céu aberto.

A Deputada que assina a presente INDICAÇÃO sugere ao Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, senhor FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE, a determinação para a realização de estudos pelas Regionais da SANEPAR, para a extensão da Rede de Esgotos no Município de PALOTINA, onde os bairros estão com os mesmos a céu aberto.

Sabedora de que o Governo do Estado está preocupado com a prevenção da saúde da População do Paraná, a Deputada encarece à Sanepar a realização de estudos para viabilizar investimentos no sentido de acabar, ou pelo menos, minimizar os riscos de contaminação na saúde pública, reduzindo o número de esgotos que correm sem oferecer qualquer garantia de saúde para os paranaenses, principalmente nos municípios de menor possibilidade de arrecadação.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2012.

**CANTORA MARA LIMA**  
Deputada Estadual



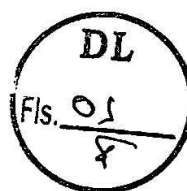
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.**

Em, 19 NOV. 2012

1º Secretário

Deputada Cantora Mara Lima



INDICAÇÃO Nº 1057/2012.

**Súmula:** Sugere ao Diretor-Presidente da SANEPAR, FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE, a determinação de estudos pelas Regionais da Sanepar, para a extensão da Rede de Esgotos no Município de SÃO CARLOS DO IVAÍ, onde os bairros estão com os mesmos a céu aberto.

A Deputada que assina a presente **INDICAÇÃO** sugere ao Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, senhor FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE, a determinação para a realização de estudos pelas Regionais da SANEPAR, para a extensão da Rede de Esgotos no Município de SÃO CARLOS DO IVAÍ, onde os bairros estão com os mesmos a céu aberto.

Sabedora de que o Governo do Estado está preocupado com a prevenção da saúde da População do Paraná, a Deputada encarece à Sanepar a realização de estudos para viabilizar investimentos no sentido de acabar, ou pelo menos, minimizar os riscos de contaminação na saúde pública, reduzindo o número de esgotos que correm sem oferecer qualquer garantia de saúde para os paranaenses, principalmente nos municípios de menor possibilidade de arrecadação.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2012.

  
**CANTORA MARA LIMA**  
Deputada Estadual



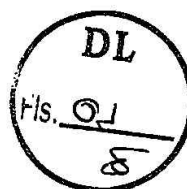
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Gabinete da Deputada Cantora Mara Lima

Em, 19 NOV. 2012

*Ruy*  
1º Secretário



INDICAÇÃO Nº 1058...../2012.

**Súmula:** Sugere ao Diretor-Presidente da SANEPAR, FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE, a determinação de estudos pelas Regionais da Sanepar, para a extensão da Rede de Esgotos no Município de CRUZMALTINA, onde os bairros estão com os mesmos a céu aberto.

A Deputada que assina a presente INDICAÇÃO sugere ao Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, senhor FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE, a determinação para a realização de estudos pelas Regionais da SANEPAR, para a extensão da Rede de Esgotos no Município de CRUZMALTINA, onde os bairros estão com os mesmos a céu aberto.

Sabedora de que o Governo do Estado está preocupado com a prevenção da saúde da População do Paraná, a Deputada encarece à Sanepar a realização de estudos para viabilizar investimentos no sentido de acabar, ou pelo menos, minimizar os riscos de contaminação na saúde pública, reduzindo o número de esgotos que correm sem oferecer qualquer garantia de saúde para os paranaenses, principalmente nos municípios de menor possibilidade de arrecadação.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2012.

  
CANTORA MARA LIMA  
Deputada Estadual



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 19 NOV. 2012

*Ruy*  
**1º Secretário**



INDICAÇÃO Nº 1059 -/2012.

**Súmula:** Sugere ao Diretor-Presidente da SANEPAR, FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE, a determinação de estudos pelas Regionais da Sanepar, para a extensão da Rede de Esgotos no Município de TELEMACO BORBA, onde os bairros estão com os mesmos a céu aberto.

A Deputada que assina a presente INDICAÇÃO sugere ao Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, senhor FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE, a determinação para a realização de estudos pelas Regionais da SANEPAR, para a extensão da Rede de Esgotos no Município de TELEMACO BORBA, onde os bairros estão com os mesmos a céu aberto.

Sabedora de que o Governo do Estado está preocupado com a prevenção da saúde da População do Paraná, a Deputada encarece à Sanepar a realização de estudos para viabilizar investimentos no sentido de acabar, ou pelo menos, minimizar os riscos de contaminação na saúde pública, reduzindo o número de esgotos que correm sem oferecer qualquer garantia de saúde para os paranaenses, principalmente nos municípios de menor possibilidade de arrecadação.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2012.

  
**CANTORA MARA LIMA**  
Deputada Estadual